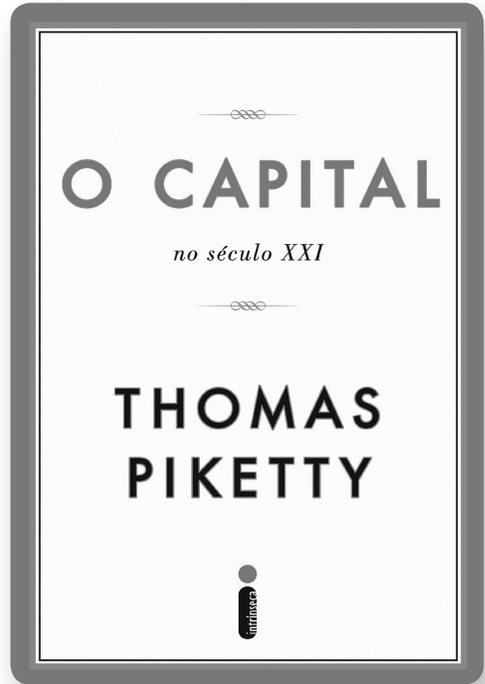


Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 01-288	Jan/Jun 2014
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

RESENHA



O capital no século XXI

Thomas Piketty

(tradução: Monica Baumgarten de Bolle)

Intrínseca, 2014.

1ª edição

De onde nos fala Piketty?

“Maior do que Marx. Nenhum outro trabalho sólido sobre economia chegou tão perto de ganhar a condição de ícone pop”. A sentença direta da Revista *The Economist*, essa velha e respeitada porta voz do capital financeiro global, está colocada como destaque publicitário na contracapa da edição brasileira da obra de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*, pela Editora Intrínseca. Como se sabe Marx também lia *The Economist*, mas esse fato não diz nada sobre como a revista lê o mundo hoje. Por que a comparação? Certamente o título escolhido por Piketty influencia. Contudo, as semelhanças não vão muito além de ambos serem fãs de Balzac e de utilizarem a ironia como estilo de texto, embora muito menos afiada em Piketty. Uma comparação curiosa entre os autores se oferece no campo do processo de pesquisa. Há uma grande distância entre a realidade de um Marx, que durante anos sentava-se diariamente na biblioteca do Museu de Londres, e a de Piketty, o chefe de uma equipe de pesquisadores, institucionalmente inseridos (École des Hautes Études en Sciences Sociales) e engajados numa rede global de compartilhamento de informações acadêmicas (World Top Incomes Databases).

O Capital de Piketty é uma obra robusta, com uma quantidade imensa de dados, inclusive com um anexo técnico que de tão extenso não consta na edição impressa, mas está disponível na internet, numa interessante conjugação entre imprensa e rede. A escrita do autor é agradável e as tantas referências estatísticas estão acompanhadas do reconhecimento da função da arte como fonte privilegiada para o conhecimento da sociedade, desde Balzac e Jane Austen, para ilustrar o peso da herança e do rentismo no século XIX, até as séries recentes de TV, como *House*, para discutir o peso das desigualdades salariais e a importância da ideologia do mérito individual na atualidade. Atravessando os assuntos econômicos, desfilam considerações trazidas da filosofia, das ciências sociais, da demografia e do direito tributário comparado. O livro é constituído de quatro partes, nas

três primeiras estão presentes as bases teóricas que irão fundamentar, na quarta parte, a proposta de regular o capital no século XXI por meio de uma modernização do que chama de “Estado social”, a social-democracia europeia (está claro que Piketty fala sobretudo em favor de um projeto europeu), e da tributação progressiva das rendas e do patrimônio.

A tese central do livro é muito simples: na história do capitalismo pode ser verificado o predomínio de uma força de divergência que se encontra na taxa de rendimento do capital mais elevada do que a taxa de crescimento da renda e da produção. Quando esse predomínio prolonga-se no tempo “é quase inevitável que a herança, ou seja, os patrimônios originados no passado, predomine em relação à poupança, que são os patrimônios originados no presente” (p. 368). Os dados reunidos pela equipe da qual participa Piketty mostram uma forte tendência de crescimento das desigualdades econômicas no capitalismo (chamada por Marx de “Lei geral da acumulação capitalista” no Livro I de *O Capital* em 1867). Nos países capitalistas centrais há a ocorrência, em termos gerais, de uma “curva em U”, alto crescimento das desigualdades até a Primeira Guerra Mundial, queda com as destruições ocorridas e a forte regulação que se segue após a Segunda Guerra Mundial, e novo influxo a partir dos anos 60 e sobretudo 70/80. O que tem impedido até o momento que as desigualdades econômicas repitam o grau máximo da Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial (embora os Estados Unidos de hoje já tenham se aproximado) é a constituição ao longo do século XX de uma “classe média patrimonial”. Não há por que se animar, já que pelas curvas projetadas nos gráficos, a não ser que se verifiquem novos choques ou uma forte taxação (essa última é a opção de Piketty), a tendência é de que sejam superados os níveis máximos de desigualdade registrados nas séries históricas disponíveis. Contudo, Piketty reconhece que as desigualdades já podem ser significativamente maiores por conta dos ativos em paraísos fiscais, difíceis de mensurar (vide o recente escândalo internacional da lista do HSBC na Suíça).

O livro é crítico da econometria e reivindica um retorno à Economia Política, que Piketty entende como uma subdisciplina das ciências sociais. De fato, não há na obra qualquer tentativa em reduzir os processos sociais a fórmulas matemáticas manipuladoras, as equações apresentadas são poucas, sem maiores dificuldades de compreensão, e aquilo que exemplificam pode muito bem ser explicado textualmente e de fato o são. Não haveria maiores prejuízos numa leitura do livro sem as equações utilizadas.

O próprio autor, consciente também da falta de exatidão das fontes, além das muitas lacunas nas estatísticas utilizadas, chama a atenção para que os números sejam vistos como ordens de grandeza, que apenas destacam as tendências gerais. O mesmo pode ser dito das fórmulas utilizadas, são apenas mensurações matemáticas de tendências.

No entanto, seria um erro de análise menosprezar os dados apresentados, pois é onde se encontra a grandiosidade da obra: ser um vasto compêndio estatístico sobre as desigualdades de renda e de riqueza, sobretudo nos países capitalistas mais desenvolvidos. Não é pouco. Já do ponto de vista teórico, apesar do que diz *The Economist*, Piketty não realiza uma revolução. Não há qualquer rompimento com os fundamentos teóricos do marginalismo. Piketty é um teórico liberal que parece sinceramente indignado com as crescentes desigualdades e propõe, com boa fé, uma correção para esse rumo, inclusive com boas doses de filosofia normativa a John Rawls. Ele não é um ideólogo vulgar, embora seus pressupostos teóricos sejam os da ideologia liberal, porém, não seria justo compará-lo a um Bastiat, mas sim com Keynes (e de forma alguma com Marx).

Apesar de sua justa indignação, Piketty hesita e não consegue sair do marginalismo: um pé dentro (as bases teóricas) e um pé fora (seu receituário político). Vemos o autor partir de noções como função de produção e produtividade marginal do trabalho, esses dogmas da escola neoclássica que são a negação da teoria do valor-trabalho e conseqüentemente da exploração dos trabalhadores enquanto uma categoria econômica. Se ele afirma, inclusive com ironia, que a produtividade marginal não explica os salários estelares dos superexecutivos na atualidade, o mesmo não pode ser dito dos operários ou de qualquer outro trabalhador assalariado que possa desempenhar uma função substituível; Piketty entende que para esses ainda vale o dogma marginalista. Também, repetida por vezes ao longo do texto, é a crença na melhor capacidade alocativa do mercado, ou seja, na sua superioridade em coordenar uma pluralidade de ações e interesses individuais divergentes, aquilo que Adam Smith chamou de “a mão invisível do mercado”. Por tudo isso, a comparação com Keynes é muito pertinente, pois nenhum dos dois rompeu com os pressupostos do marginalismo: teoria da utilidade e da produtividade marginal e da melhor capacidade alocativa do mercado. A ruptura teórica keynesiana, com a qual cravou seu nome na história das ideias, foi com o mito da autorregulação do mercado, de onde erigiu seu conjunto de políticas anticíclicas. Keynes queria o fim da crise e

um capitalismo de pleno emprego (também estava presente uma defesa de políticas fiscais redistributivas), Piketty quer atualizar a social-democracia e tornar o capitalismo bem menos desigual. Ele vê que, desde os anos 70, tem ocorrido diametralmente o contrário, que a riqueza acumulada no passado pesa cada vez mais sobre os vivos e que esse processo deve ser revertido, para que, conforme acredita, a democracia possa controlar o capitalismo. Em ambos se encontra o desejo de uma “eutanásia dos rentistas”.

Há um ponto central que torna o título de Piketty uma comparação inapropriada com a obra quase homônima de Marx, pois não se trata de um livro sobre o capital e conseqüentemente também não é sobre o capitalismo, não enquanto uma totalidade (essa noção hegeliana tão maldita nos dias de hoje). Resta, portanto, a evidência do título como uma pretensiosa peça de promoção publicitária que não combina bem com a demonstrada honestidade intelectual de Piketty. Assim como destoa nas absurdas simplificações das ideias Marx, de quem o autor chega a dizer que não contemplava em sua teoria a função da produtividade na acumulação do capital (basta lembrar, por exemplo, categorias como mais-valor relativo e composição orgânica do capital). Ressoa como se não conhecesse Marx diretamente e sim pelas caricaturas que circulam pelas faculdades de “Ciência Econômica”.

Um dos maiores méritos de Marx foi justamente desvelar o caráter reificado do pensamento econômico burguês e mostrar que o capital não é uma coisa que se possui. Para Marx o capital é uma relação social, a relação-capital, que opõe possuidores e despossuídos dos meios de produção num processo concorrencial e acumulativo em que valor é acrescido de valor, ou nas palavras de David Harvey “é um processo de circulação no qual o dinheiro é usado para fazer mais dinheiro, frequentemente – mas não exclusivamente – por meio da exploração da força de trabalho”¹. Para Piketty “o capital é definido como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes, etc.), usado pelas empresas e pela administração pública” (p. 51/52).

1 Para a resenha de Harvey consultar <http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/24/harvey-reflexoes-sobre-o-capital-de-thomas-piketty/>

Trata-se, portanto, de uma definição jurídica e contábil de capital, pois Piketty considera os bens com preço no mercado que são objeto de direitos de propriedade por parte dos particulares e governos. Entretanto, diversamente do que coloca Piketty, o capital é uma relação social e não a coisa apropriada e, nesse passo, mesmo o direito de propriedade é uma relação entre as pessoas. Para que o proprietário do bem possa exercer as faculdades do *jus utendi*, *fruendi*, *abutendi* e *persequendi*, advindas do Direito Romano, há um direito que é oponível em relação a todos, diz-se *erga omnes*. Por sua vez, o capital é a relação e o processo social de valorização e, por certo, é condição a existência de um regime do direito de propriedade privada, mas não se confunde com o objeto desse direito. O capital não é tão somente a relação negativa do apropriador com toda a sociedade, mas o movimento de extração do mais-valor no processo real de produção, uma relação essencialmente de exploração. Além do mais, Piketty ajusta sua definição às regras de contabilidade, por isso determinados bens duráveis não seriam capital (por exemplo automóveis) e outros como metais preciosos e obras de arte seriam, pois servem como reserva de valor e é assim que estabelecem as “normas internacionais de contabilidade nacional” (p. 177/178). Então, para Piketty é capital a máquina da fábrica, os títulos de dívida do rentista, a casa e a caderneta de poupança do assalariado de classe média (mas não o seu carro), o anel de ouro de sua esposa, assim como as estátuas de Rodin que eles visitam no domingo. Por isso, e ademais atento às observações contábeis sobre os rendimentos, Piketty admite que um indivíduo possa ser operário e capitalista ao mesmo tempo, inclusive capitalista e operário de si mesmo. Nosso autor gosta até mesmo de “robinsonadas”, pois desatento às lições de Marx, projeta tal definição ad aeternum no passado: a terra e as ferramentas do camponês eram capital, tudo sempre foi capital e o capitalismo é natural, eterno e insuperável (o que é preciso é diminuir suas desigualdades).

Com sua definição jurídica e contábil de capital, Piketty é incapaz de compreender suas contradições, sua lógica de movimento e por isso, apesar da riqueza descritiva que apresenta com todos os dados de que dispõe, as evoluções nos níveis de desigualdades aparecem como contingentes (“(...) mais de uma realidade histórica do que de uma necessidade lógica absoluta”, p. 344). Piketty descreve, mas não critica a realidade. E por não penetrar nas contradições da relação-capital não é possível uma teoria coerente sobre a crise. Essa é uma indiscreta ausência que permeia a leitura da obra.

Não que Piketty finja que não exista o fenômeno, o que deporia contra sua lucidez; pelo contrário, há uma narrativa da crise (1929 e 2007/2008) e interessantes reflexões sobre a gestão da crise. O que falta é uma teoria sobre a crise, essa insuperável dificuldade do pensamento teórico liberal, de forma que as crises não desempenham qualquer função na discussão histórica de mais longo prazo que Piketty realiza. Por outro lado, no livro não são desconsideradas as guerras mundiais, que com sua gigantesca destruição de ativos (marxistas diriam valores), são para Piketty fatores trágicos determinantes para a diminuição das desigualdades na Europa e nos Estados Unidos em boa parte do século XX.

Outra estranha ausência na obra de Piketty é a concorrência. As considerações sobre a distribuição da renda e do patrimônio ignoram a coerção da concorrência entre os capitalistas no processo de acumulação, aspecto, como se sabe, fundamental na teoria de Marx. E como consequência, na enumeração dos ativos que definem o capital não há qualquer referência às diferenças nas taxas de rendimento, além daquelas relacionadas ao volume da carteira e de sua maior capacidade de gestão e de movimento. A “economia real” não aparece, a produção do capital por meio da produção de mercadorias lhe é indiferente. Ignoram-se completamente as diferenças entre os ativos financeiros e aqueles envolvidos diretamente no processo produtivo. Não há qualquer consideração sobre a relação entre o intenso processo de financeirização da economia e a queda dos lucros industriais nos países capitalistas desenvolvidos, tudo é reunido no livro como realidades contábeis onde o que conta são os seus rendimentos, não importando se vem de uma fábrica ou da venda de um título. Por isso não é estranho que o autor chegue a constatação de que “o dinheiro às vezes tende a se reproduzir sozinho” (p. 429) ou que, “uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção” (p. 555). Piketty vê mesas dançando.

Sobre as recomendações práticas de Piketty, que giram em torno da convicção de que é tributária a solução para a tendência histórica de aumento das desigualdades no capitalismo, não cabe aqui desenvolver a evidência de que são extremamente ingênuas, até utópicas como se referiram Harvey e Zizek cada um. No entanto, desde que retiradas dos astros, há que se admitir que há considerações muito interessantes sobre a questão tributária. Piketty propõe três espécies de impostos: dois altamente progressivos sobre as rendas do “trabalho” e as rendas do “capital”, com alíquotas bem elevadas no topo, e um imposto, de preferência mundial ou ao menos

regional, também progressivo, mas com alíquotas bem menores, sobre o montante do capital. Haveria diferentes objetivos de arrecadação, distribuição e informação. Os impostos seriam sempre cobrados das pessoas físicas, não das empresas, mas a renda do “capital” seria tributada desde que fosse aferida, mesmo que o proprietário não recolhesse os dividendos e mantivesse os valores investidos na pessoa jurídica. Todo o programa fiscal proposto necessita do desenvolvimento de mecanismos supranacionais de circulação de informações das instituições financeiras para os governos e Piketty merece aplausos por ser um inimigo do sigilo bancário.

Aqui vai uma anedota brasileira. Após a CPMF ter sido extinta pelo Congresso Nacional, o governo decidiu preservar, por meio de uma instrução normativa da Receita Federal com base em lei complementar, o mecanismo de acesso às informações sobre as movimentações financeiras, acima de determinado patamar, das pessoas físicas e jurídicas. Em 2008, o Conselho Federal da OAB, presidido então por Cezar Britto, figura tida como de “esquerda”, impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal para que a norma fosse declarada inconstitucional, alegando a violação do direito fundamental ao sigilo de dados pessoais (curiosa definição para a mercadoria dinheiro) e que o acesso a tais informações dependeria sempre de ordem judicial. A ação ainda não foi julgada, mas o Judiciário tem decidido em casos singulares pela necessidade da autorização judicial. A luta de Piketty pelo enfraquecimento do sigilo das informações financeiras em nível internacional deve servir de exemplo por aqui, onde tem sido possível, inclusive, ser de “esquerda” e ao mesmo tempo campeão na defesa do sigilo bancário.

A completa decadência dos tradicionais partidos social-democratas europeus, incapazes de fazer qualquer movimento para fora do neoliberalismo, colocam as propostas tributárias de Piketty à esquerda do tabuleiro político, mas não fora do horizonte capitalista. Ele tem sido politicamente responsável com a fama de “ícone pop”, comportando-se desde então como um intelectual público. Assim, recusou a Légion d’Honneur oferecida por Hollande, reuniu-se com Pablo Iglesias, defendeu a vitória eleitoral do Syriza (e mostrou maturidade moral ao não se deixar ofender pessoalmente com a dura crítica teórica e política em um artigo publicado em 2014 pelo depois Ministro Varoufakis²).

2 VAROUFAKIS, Yanis. Egalitarianism’s latest foe: a critical review of Thomas

Por fim, num momento em que o capitalismo ainda não conseguiu superar sua última grande crise e não há nenhuma indicação de que isso esteja prestes a ocorrer, o fato da obra de Marx precisar ser negada publicamente por representantes do grande capital e de ser anunciado um substituto aceitável diz muito sobre a verdadeira atualidade de seu pensamento.

* por Marcus Giraldes (analista da FIOCRUZ e doutorando em direito pela PUC/RJ).

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)

Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil